

QUESTÕES COMENTADAS DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO CESPE
Frederico Amado, Ivan Kertzman, Luana Horiuchi
2016
ERRATA

p. 20, questão Analista Judiciário do TRT 21ª Região/2010 – No comentário à questão, alterar o termo INSS para INPS no ponto destacado:

Questão errada. Em verdade, o **INPS** foi criado pelo Decreto-Lei 72/66, que entrou em vigor apenas em 1967, a partir da unificação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão, e não de órgãos estaduais.

p. 258, questão Defensor Público – TO/2013 – Substituir o comentário à alternativa “d” pelo que segue:

Alternativa “d”: está errada. O índice do fator previdenciário é diretamente proporcional à idade do segurado e ao seu tempo de contribuição e inversamente proporcional à sua expectativa de vida.

Logo, quanto maior a idade e o tempo de contribuição, maior o fator previdenciário. Por outro lado, quanto maior a expectativa de vida (pessoa mais jovem), menor será o fator previdenciário. Quando maior que 1, eleva-se o salário de benefício. Quando menor que 1, reduz-se. Quando 1, irrelevante.

p. 305, questão Defensor Público – DPU/2001 – No comentário à questão, onde consta “Questão errada”, substituir por “Questão certa”.

Questão certa. O cálculo da RMI da aposentadoria por idade obedece à regra estabelecida no art. 50, da Lei 8.213/91, qual seja, 70% do salário-de-benefício, mais 1% deste, por grupo de 12 contribuições, não podendo ultrapassar 100% do salário-de-benefício. Assim, se o salário-de-benefício de Ismael correspondia a R\$ 900,00, e o segurado contava com 25 grupos de 12 contribuições, a RMI da aposentadoria será $R\$ 900,00 \times 70\% = 630 + 225$ (25% de R\$ 900,00) = R\$ 855,00.

p. 345, questão Juiz Substituto do TRT 5ª Região/2006 – Acrescentar à questão a Nota do Autor a seguir. Ainda, observar quanto a assertiva V, que se trata da redação do § 7º mencionado à época da aplicação da prova.

Nota do autor: Deverá ser pago o auxílio-acidente durante o período de graça, haja vista que o segurado mantém todos os direitos previdenciários. Para se adaptar a essa determinação legal, o § 7º do artigo 104 do RPS foi corretamente modificado por intermédio do Decreto 6.722/2008. (...)

Por fim, a assertiva V está correta, encontrando guarida no § 7º do artigo 104 do RPS (**redação da época**).

p. 388, na primeira questão desta página para Técnico do Seguro Social – INSS/2008 – Acrescentar à Nota do Autor a observação destacada abaixo:

Nota do autor: Apenas o segurado preso precisa ser de baixa renda para a concessão do auxílio-reclusão, e não o seu dependente. **Observem, também, que à época da realização da prova, o segurado preso que laborava deveria contribuir na categoria de contribuinte individual. Na legislação atual, o preso que trabalha só pode contribuir como segurado facultativo.**